

HORIZONTES DE RECONSTRUÇÃO  
DA PÁTRIA SOBERANA



*Ceci Vieira Juruá*

HORIZONTES DE RECONSTRUÇÃO  
DA PÁTRIA SOBERANA

LETRACAPITAL

Copyright © Ceci Vieira Juruá, 2018

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios  
empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR

João Baptista Pinto

CAPA

Rian Narcizo Mariano

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Luiz Guimarães

REVISÃO

Verônica Couto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

J95h

Juruá, Ceci Vieira, 1942-

Horizontes de reconstrução da pátria soberana / Ceci Vieira Juruá. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

130 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-621-3

1. Igualdade - Brasil. 2. Problemas sociais - Brasil. 3. Brasil - Política e governo.  
4. Estrutura social -Brasil. I. Título.

18-52499

CDD: 361.610981

CDU: 364.6(81)

---

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781  
*letracapital@letracapital.com.br*

## Sumário

<i>Apresentação</i> , por Allen Habert .....	7
<i>Prólogo</i> , da autora .....	13
<b>ESTADO, ECONOMIA, E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: a contribuição de Celso Furtado .....</b>	
1. Introdução .....	17
2. Crítica à economia neoclássica.....	19
3. Progresso técnico e acumulação .....	25
4. Estado nacional e sistema de poder.....	31
5. Questões de método e a Nova Economia Política .....	40
<b>ESTADO E DESIGUALDADES SOCIAIS.</b>	
Brasil/Panorama 1970-2001 .....	49
1. Contabilidade Nacional, a distribuição funcional da renda.....	51
2. Estatística Descritiva: índice de Gini e distribuição da renda familiar/pessoal .....	57
3. Considerações finais e interpretações alternativas.....	66
<b>ESTADO E DESIGUALDADES SOCIAIS.</b>	
Gasto público e Redistribuição de renda.....	75
1. Tributos e gastos, sobre quem recai o ônus fiscal? .....	78
2. Estado e economia, de Marx a Gramsci e Celso Furtado .....	90
3. O Estado brasileiro e a redistribuição de renda.....	101

ÉTICA, CIDADANIA E SERVIÇOS PÚBLICOS: TER QUALIDADE É SER BRASILEIRO! .....	107
1. Serviço público .....	108
2. Ética e cidadania .....	111
3. Nossa herança e nossas raízes .....	114
Agradecimentos .....	123
Dados da autora .....	125
Post Scriptum .....	127

## *Apresentação*

### Ter qualidade é ser brasileiro

ALLEN HABERT<sup>1</sup>

Ter qualidade é ser brasileiro” é o convite provocativo à leitura deste livro que aborda as potências e impotências do Brasil. Debatendo temas como o Estado, desenvolvimento, desigualdades, serviços públicos, cidadania e política, a economista, intelectual e ativista Ceci Juruá nos anima a pensar que há sempre horizontes, há sempre um sonho que devemos perseguir. Com coragem, resiliência e relevância.

Este livro ruma para o entendimento de podermos ser uma Pátria soberana, em que a soberania é assentada no povo. Um povo que confia nos governantes porque é convidado a participar das grandes decisões nacionais. A situação, a necessidade, as possibilidades e o desejo do povo são a bússola usada pelas elites que verdadeiramente pensam com grandeza o horizonte e os destinos do País. Ter e construir um Projeto de Nação é um desafio e uma ação de um pensamento político que se processa e atravessa os últimos 200 anos em nossa história. Vem desde Tiradentes, José Bonifácio, a Independência, atravessa a República, a Revolução de 1930 e a conquista da modernidade, o caminho longo para a democratização, a Constituinte de 1988, a ampliação da cidadania para maiorias, a luta tortuosa e contínua da democracia e soberania rumo ao bicentenário da Independência em 2022. Poderemos construir aqui o berço de uma nova civilização no

---

1 *Graduado e mestre em Engenharia de Produção pela Poli-SP. Ex-presidente do Seesp - Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, diretor da CNTU - Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados.*

planeta, democrática, digna e surpreendente como vaticinou Darcy Ribeiro. Somos herdeiros deste pensamento nacional. Ceci Juruá é uma guerreira e participe desta trajetória.

O economista Celso Furtado (1920-2004), um demiurgo revisitado e discutido pela Ceci, dedicou sua vida ao estudo da gênese do subdesenvolvimento brasileiro e dos caminhos para o desenvolvimento. Um dos ensaios deste livro nos dá um “retrato breve, porém não superficial, do pensamento desse intelectual ligado à vida de seu povo, um servidor público, um homem da elite cultural e política. Quando o conheci, em sua residência perto da lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro, em 1999, chamei-o de “nosso Prêmio Nobel”. Tivemos na ocasião uma discussão acalorada sobre as relações da geração de empregos e a diminuição da jornada de trabalho no país e no mundo. Além do ensaio a ele dedicado, o pensamento deste livro tem a inspiração de Celso Furtado, não apenas professor da Ceci, mas sim seu permanente mestre.

De alta formação intelectual e envergadura ética, Celso Furtado é mais que um personagem, ele é o encontro de muitas referências do pensamento e da ação política e econômica do século XX. Buscou dar sentido forte à Nação brasileira, pensando-se como parte e articulável com o resto do mundo, não a partir de uma relação de dependência subordinada e sim de dependência ativa, o que é uma afirmação da independência nacional. Ou seja, o direito de um povo ao exercício das suas escolhas através de suas oportunidades e desafios. Não sem considerar com realismo os desafios e oportunidades que o restante do mundo nos impõe e dispõe. Seu esforço intelectual, político e administrativo foi singular, contribuindo decisivamente para soluções e encaminhamentos de problemas, mas antes de morrer não estava satisfeito com o que via. Perguntou com sua consciência dramática: “Quem manda nesse país? Que elites econômicas são essas



que permitem essa insanidade de ter o orçamento público comprometido pelos mais altos juros, provocando enfraquecimento da capacidade redistributiva do estado através de efetivas políticas públicas e provocando escandalosa e imoral concentração de riquezas?” Celso Furtado, um reformista estrutural orientado pela ética de “qualidade é ser brasileiro” e pela competência intelectual e técnica na condução econômica, precisa continuar a ser estudado para que o pensamento econômico brasileiro tenha vigor e eticidade.

Ceci entendeu bem isto e nos instiga a ampliar estas fronteiras.

Debate, neste sentido, com propriedade os serviços públicos, do que “temos para o que queremos”. Insuficiente o serviço público criado? Certamente, mesmo porque o investimento nele teve e padece de fortes descontinuidades. No capítulo sobre o serviço público, fica muito claro a acuidade em rejeitar a tipificação depreciativa do “complexo de vira-lata”, ao mostrar que o que fizemos no século XX não foi pouco e sim bastante ousado. O serviço público brasileiro tem sido injustamente difamado com a intenção de tirar de nós brasileiros, que pagamos caro por ele, todo o mérito da conquista social que ele significa. Insistem nisso de tal forma propagando o desejo de queda, de destruição do conquistado, satisfazendo assim o apetite desmedido das raposas humanas. Se o serviço público fosse esse mal tão alarmado pelas raposas, não teríamos a performance de uma das economias emergentes mais importantes do mundo. Não teríamos uma mão de obra medianamente qualificada para trabalhar no próprio setor público, nas indústrias, na agropecuária e no setor de serviços. Não teríamos uma complexa e forte rede de cidades. Não teríamos uma infraestrutura econômica, social e urbana robusta e continental. Todos os países avançados têm serviços públicos fortes, ao contrário do que é muitas vezes difundido por aqui.

Por outro lado, se não superamos a dependência colonial e o escravismo que ainda nos identifica como país dependente e marcado pela pobreza, infelizmente com ondas destrutivas do já conquistado, é porque esse serviço público ainda não é o bastante para garantir nele a inclusão com qualidade de todos os brasileiros nos sistemas públicos de trabalho, educação, saúde, cultura, previdência, habitação, transporte, energia, alimentação, financiamento, conhecimento em ciência, tecnologia e inovação que compõem a cesta básica de uma nação civilizada. Para ter desenvolvimento sustentado e sustentável, o Brasil deve insistir, persistir, se orientar, se reorientar na construção do seu serviço público para as amplas maiorias da população. Não desmantelar o que foi feito nas décadas precedentes, buscando minorar a pobreza e a miséria e produzir vida digna para grande parte da sociedade, incluindo as amplas camadas médias urbanas. “Ingovernáveis são a fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida”, respondia Ulysses Guimarães no final da Constituinte em 1988 à provocação feita por José Sarney dizendo que a Constituição levaria o país a ser ingovernável. Os direitos sociais devem caber no orçamento da União. Hoje e sempre. Devem-se buscar novos recursos financeiros, por exemplo, no combate à sonegação e na inadimplência de 13.000 empresas e pessoas que devem um novo orçamento do país.

A indignidade persiste na pobreza e na miséria de partes crescentes da população. O Estado brasileiro dedicou uma parte forte dos seus recursos financeiros e técnicos para constituir essa dignidade conquistada por muitos, para minorar a injustiça dos que não têm acesso a ela e que conformam a exclusão social. Ser excluído significa, em primeiro lugar, não ter acesso aos serviços públicos com a quantidade e a qualidade que a dignidade humana exige. Políticas públicas de proteção mínima aos mais pobres, visando melhor equilí-

brio social, vinham sendo realizadas, de forma descontínua, mas vinham sendo realizadas, com os chamados benefícios sociais que buscavam garantir renda mínima para parte dos excluídos da distribuição de riqueza e do acesso aos bens públicos. Isso foi importante mas não o suficiente para produção de uma sociedade sadia. Ceci Juruá mostra em um outro ensaio deste livro que a miséria e a pobreza precisam de mais qualificados sistemas de distribuição de renda e riqueza no Brasil para combater uma das mais perversas concentrações de renda do mundo, através de um sistema tributário justo e outros meios de distribuição do produto socialmente gerado.



## Prólogo

**E**m O LONGO AMANHECER<sup>2</sup>, Celso Furtado nos alertou sobre os desafios que enfrenta a economia brasileira em decorrência da nova fase de livre comércio e livre circulação de capitais, nesta pós-modernidade. Sua advertência foi clara, mas encontrou ouvidos moucos na Academia e no sistema político. Ilustrando esta afirmação destaco a advertência de Furtado quanto a um eventual retorno da economia brasileira a um regime monetário dependente como o de 1846, quando se adotou o lastro libra-ouro para a moeda brasileira (mil-réis na época). Poucos sabem, mas ainda hoje nossa moeda, o Real, é uma moeda indexada por lei ao dólar<sup>3</sup>, fato ao qual Furtado se referiu, em 1999, nos seguintes termos:

*O processo de globalização interrompeu esse avanço na conquista da autonomia para a tomada de decisões estratégicas. Se submergirmos na dolarização, estaremos regredindo ao estatuto semicolonial. Com efeito, se prosseguirmos no caminho que estamos trilhando desde 1994, buscando a saída fácil do crescente endividamento externo e o do setor público interno, o Passivo Brasil a que fizemos referência terá crescido ao final do próximo decênio de forma a absorver a totalidade da riqueza nacional. O sonho de construir um país tropical capaz de influir no destino da humanidade ter-se-a desvanecido. (O longo amanhecer, p.42)*

---

2 Celso Furtado, O LONGO AMANHECER. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

3 Ver lei 9069 de 29 de junho de 1995.

Desde aquela época, de virada do século XX para o XXI, acumulam-se no Brasil exemplos de desnacionalização do sistema produtivo, de financeirização da economia, e de perda de soberania por parte do Governo. Foi assim que se chegou a maio de 2016 e à deposição da presidente legítima, eleita pelo voto popular. Foi deposta por uma equipe de políticos sem qualquer representatividade junto ao povo brasileiro. E esta equipe vem tomando medidas contrárias à preferência popular, como o desmantelamento dos principais grupos industriais brasileiros, estatais e privados. A mesma equipe ameaça, já, avançar na privatização de setores de alta importância social, como educação e saúde. E destrói, sem respeito às gerações passadas, os fundamentos de nosso patrimônio tecnológico.

Está claro, desde o malfadado maio de 2016, que é necessário recomençar de imediato nova luta por democracia e desenvolvimento. A luta vitoriosa do pacto social que configurou a Constituição de 1988. Constituição cidadã, falou o grande líder da campanha pela redemocratização do Brasil, Ulysses Guimarães. Um pacto em vias de desconstrução desde os novos ventos da globalização aqui anunciados com a eleição de Fernando Collor de Mello e o Programa Nacional de Desestatização.

Recomeçar o combate para fins de resgate da soberania destroçada. Organizar as novas frentes de luta democrática para os fins de reconstrução da Pátria soberana que nos foi legada por Getúlio Vargas. Soberania respeitada e ampliada em governos que se seguiram. Por outro lado, com base na experiência das gestões petistas, já é possível avançar em direção a novas formas de redução das desigualdades sociais, justa aspiração histórica do povo brasileiro.

Os três artigos ou ensaios que constituem este livro foram escritos entre 2009 e 2012, período que precedeu á crise

política deflagrada com a vitória de Dilma Roussef em 2014. Uma crise inevitável, pois globalização e soberania são adversários históricos. (Re) Colonização e justiça social é combinação inviável, assim o diz a história dos povos colonizados. Mas a decomposição dos sistemas políticos e a crise que os atinge não são apenas brasileiras, são mundiais. Conforme observa o filósofo francês Badiou, as “organizações de esquerda parecem derrotadas. Elas não perceberam a aproximação do fenômeno, não souberam enfrentá-lo, e perderam crédito junto às populações. É preciso recomeçar tudo.”<sup>4</sup>

Um bom recomeço para os que não aceitam o retorno do Brasil à condição de colônia de exploração, seria repensar coletivamente nossa história. Com a autocrítica necessária à identificação dos fochos de luz que sinalizaram, no passado, os horizontes de vitórias e de conquistas, interna e externamente. Nacionalizar o discurso e a prática política, como ensinaram Celso Furtado e Getúlio Vargas, os principais personagens que simbolizam, até hoje, a reflexão e a prática do desenvolvimentismo brasileiro.

---

4 A IDADE DO VÁCUO. Entrevista com Alain Badiou, filósofo francês dos mais renomados. Por A. Leneide Duarte-Plon, de Paris. Carta Capital, de 22-08-2018





# ESTADO, ECONOMIA, E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: a contribuição de Celso Furtado<sup>1</sup>

*A política atual é suicida. Parece que ela foi planejada para mostrar a todos, mais cedo ou mais tarde, que o Brasil deve renunciar à sua autonomia monetária, à sua soberania, tornando-se uma província de um império maior. Enquanto isso acontece, nossos políticos estão distraídos, pensando em outras coisas. ... Estamos sendo governados por uma espécie de “partido” dos que não acreditam no futuro do Brasil. Acham que nosso destino é ser província de um império.*

(CELSO FURTADO.

*Entrevista ao Jornal dos Economistas, junho de 2000)*

## 1. Introdução

Intelectual e militante, Celso Furtado foi um combatente pela soberania do Brasil e dedicou o conjunto de sua obra à compreensão das *Raízes do Subdesenvolvimento*, título do último ensaio publicado em vida (2003). Neste livro, em plena maturidade, ele ratificou a convicção de que o Estado nacional, na América Latina, é o anteparo necessário para fazer frente ao poder dos conglomerados internacionais e à situação estrutural de crescente dependência externa.

O foco central de suas teses foi o papel do progresso tecnológico na acumulação e no aumento da produtividade do trabalho. Nos primeiros estudos advertia que não se re-

---

<sup>1</sup> Ceci Juruá, pesquisa realizada para o doutorado em políticas públicas e formação humana (julho de 2009, LPP/UERJ).

produziram, nas nações periféricas, as consequências sociais que acompanharam a industrialização dos países centrais. No Brasil, tanto no período colonial e no Império, quando predominou o modelo primário-exportador, quanto ao longo das várias fases da República, quando ocorreu a industrialização e o deslocamento do centro dinâmico da economia, permaneceram e muitas vezes se ampliaram os traços básicos de nossa matriz institucional: concentração de renda, alto desemprego e distintas formas de dependência.

Aqui e em outros países latino-americanos com inserção periférica na divisão internacional do trabalho, os três fatores estruturais, acima citados, e a preeminência da racionalidade mercantil fragilizaram as classes polares do sistema capitalista, a burguesia e o proletariado. Nessas condições, não se deveria esperar que o antagonismo entre forças produtivas e relações de produção se manifestasse conforme o esquema clássico configurado nos países industriais. Por isto, situações de impasse e de paralisia social que, em tese, seriam resolvidos por mecanismos da democracia liberal, em nossos países abrem espaço para a ação mais efetiva do Estado.

Como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, é perfeitamente natural que o Estado venha a desempenhar em muitas oportunidades um papel autônomo nos conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade. (p.38)

Neste artigo procuramos acompanhar e apreender a reflexão analítica de Celso Furtado sobre duas questões nucleares que dão fundamento às principais teses por ele formuladas – a relação entre progresso técnico e acumulação, e o papel do Estado e do sistema político no desenvolvimento –, objeto

das seções 3 e 4 deste texto, respectivamente. Para abordar tais questões, Furtado construiu um método próprio de investigação e análise, método histórico-estrutural, elaborado progressivamente a partir da rejeição dos postulados da economia neoclássica e da absorção dos conhecimentos produzidos pela Economia Política clássica, como expomos a seguir.

## 2. Crítica à economia neoclássica

Na Introdução a *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), Celso Furtado explicitou que a “*Ciência Econômica ensinada nas Universidades, tanto na Europa como nos Estados Unidos, dificilmente oferecia qualquer ponto de partida para a abordagem*” do subdesenvolvimento, pois era uma ciência preocupada exclusivamente com a teoria dos preços e com o equilíbrio geral, método incompatível com a abordagem estrutural das instituições sociais. Manifestou, na mesma ocasião, sua avaliação quanto aos efeitos positivos do instrumental keynesiano e da análise macroeconômica, pois ambas contribuíam “*para romper a espessa camada de preconceitos que se fora acumulando à sombra de um rigor metodológico cada vez mais estéril*”.

### **O instrumental keynesiano**

No clássico *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado serve-se do modelo keynesiano para analisar os efeitos dos investimentos em estruturas sociais diferenciadas. Observa, por exemplo, que, contrariamente ao que ocorria nos países industriais, nas economias escravistas e coloniais, primário-exportadoras, as inversões não geram internamente efeitos multiplicadores, mesmo no caso da “*grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos*” (p. 81).